



**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**PROCESSO Nº:** 6371/2025

**PROJETO INDICATIVO Nº:** 193/2025

**AUTORIA:** Andrea Duarte

**EMENTA:** DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE SEGURO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NO MUNICÍPIO DA SERRA/ES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL:**

- Presidente: Professor Renato Ribeiro (PDT)
- Vice-Presidente: Raphaela Moraes (PP)
- Secretário: Dr. William Miranda (UB)

**I. RELATÓRIO**

Trata-se de análise do **Projeto Indicativo nº 193/2025**, de autoria da Nobre Vereadora Andrea Duarte, que objetiva sugerir ao Chefe do Poder Executivo a criação do Programa de Transporte Seguro para Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (PTSMSVDF) no Município da Serra.

A proposição foi protocolada nesta Casa Legislativa em 01/10/2025 e lida no Expediente da Sessão Ordinária em 03/11/2025. Em 04/11/2025, foi encaminhada a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise.





## CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Consta nos autos o **Parecer Jurídico nº 633/2025**, exarado pela Doute Procuradoria, que opinou pelo **PROSSEGUIMENTO** do Projeto Indicativo. A Procuradoria fundamenta que a matéria é de interesse local e que a criação de programas desta natureza, por envolver a estrutura administrativa e gerar despesas, é de competência exclusiva do Poder Executivo. Dessa forma, conclui que o Projeto Indicativo é o instrumento legislativo adequado para a sugestão, conforme o Art. 136 do Regimento Interno desta Casa.

O projeto tramita em regime Ordinário. Não há registro de Emendas.

## II. ANÁLISE

### 1. Constitucionalidade e Legalidade

Compete a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) analisar os aspectos constitucional e legal da matéria, nos termos do Art. 64 do Regimento Interno (Resolução nº 278/2020).

Acolhemos o Parecer Jurídico nº 633/2025, exarado pela Doute Procuradoria.

A Constituição Federal estabelece a competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber (Art. 30, I e II), competência esta espelhada no Art. 30, I e II, da Lei Orgânica do Município (LOM).

Contudo, a matéria versada – criação de programa municipal, definição de sua estrutura, capacitação de pessoal e previsão de despesas – enquadra-se na esfera de organização e funcionamento da administração municipal, sendo, portanto, de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme dispõe o Art. 143, parágrafo único, da LOM.





## **CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Verifica-se que a autora, ciente da restrição de iniciativa, utilizou corretamente o instrumento do Projeto Indicativo. Este mecanismo, previsto no Art. 136 do Regimento Interno, é a recomendação formal da Câmara Municipal ao Poder Executivo para que este inicie o processo legislativo sobre matéria de sua competência exclusiva.

Desta forma, a proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade.

### **2. Técnica Legislativa e Redação (LC 95/98)**

A Doutra Procuradoria opinou que "foram respeitadas as diretrizes plasmadas na Lei Complementar 95/98".

Esta Comissão, analisando a forma da proposição, verifica que a autora teve o zelo de apresentá-la "na forma de Minuta de Projeto de Lei", cumprindo o requisito do Art. 136, Parágrafo único, do Regimento Interno.

A minuta do projeto segue a estrutura determinada pela Lei Complementar nº 95/1998, apresentando ementa que explicita seu objeto e articulação correta de seus dispositivos, com o uso adequado de artigos, incisos e parágrafos. O texto apresenta-se com clareza, precisão e ordem lógica.

Não foram identificados vícios de técnica legislativa ou erros de redação.

### **III. VOTO DA COMISSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifesta-se pela CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE e BOA TÉCNICA LEGISLATIVA do Projeto Indicativo nº 193/2025.





## CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### IV. CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão opina **FAVORAVELMENTE** à tramitação e aprovação do Projeto Indicativo nº 193/2025.

Sala de Reuniões, 01 de dezembro de 2025.

**Professor Renato Ribeiro (PDT)**  
Presidente

**Raphaela Moraes (PP)**  
Vice-Presidente

**Dr. William Miranda (UB)**  
Secretário

